

Egon Bockmann Moreira

DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

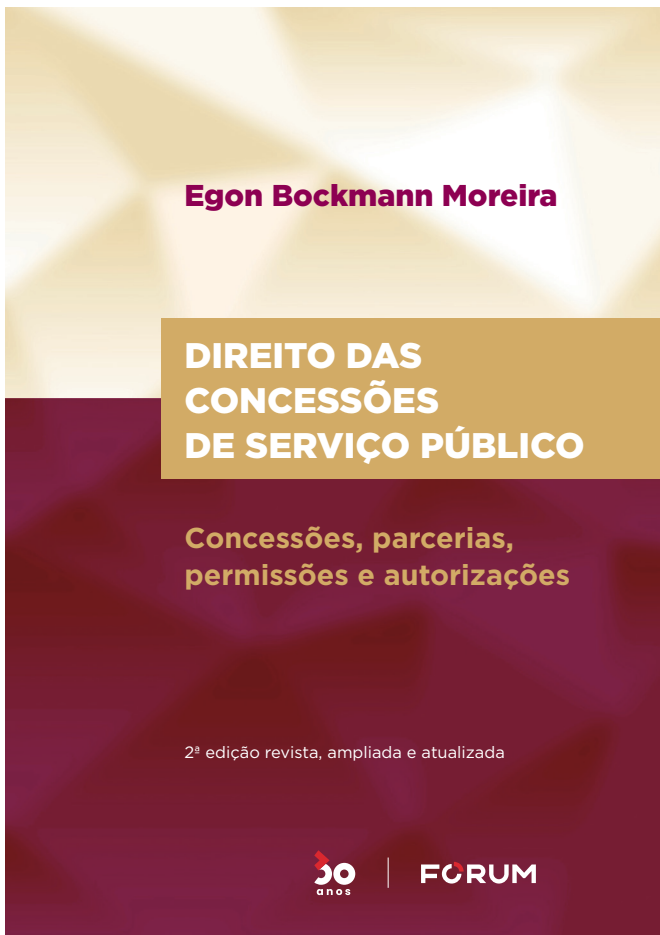
Concessões, parcerias, permissões e autorizações

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
SERVIÇO PÚBLICO, CONCESSÃO DE SERVIÇO
PÚBLICO, PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA,
AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO DE SERVIÇO
PÚBLICO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO,
MUTABILIDADE CONTRATUAL, CONTRATOS
INCOMPLETOS, TAXA INTERNA DE RETORNO,
CONTRATO ADMINISTRATIVO.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003378



Atenta às necessidades práticas, esta 2ª edição do *Direito das Concessões de Serviço Público* é um livro totalmente novo. Tendo como eixo central a Lei Geral de Concessões, a 8.987/1995, o livro foi revisado, atualizado e significativamente aumentado. Leva em conta todas as espécies de parcerias (autorizações, concessões, permissões e parcerias público-privadas), em seu ciclo de vida integral, com foco na legislação dos principais setores da infraestrutura brasileira.

Esta edição traz novos capítulos e títulos, bem como trata com atenção as inovações legislativas, especialmente as estampadas na Lei nº 13.655/2018 (LINDB); Lei nº 13.448/2017 (Prorrogação e Relicitação); Lei nº 14.133/2021 (Lei Geral de Licitações) e Emenda Constitucional nº 113/2021. Isso em sintonia com a jurisprudência mais atual do STF e STJ.

Enfim, o livro é indispensável para quem deseja estudar e conhecer as concessões brasileiras, bem como para aqueles que atuam profissionalmente nesses contratos tão relevantes.

M838d Moreira, Egon Bockmann
Direito das concessões de serviço público: (concessões, parcerias, permissões e autorizações) / Egon Bockmann Moreira. - 2. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.
482 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia e apêndice.
ISBN: 978-65-5518-433-4

1. Serviço público. 2. Concessão de serviço público. 3. Parceria público-privada. 4. Autorização. 5. Permissão de serviço público. 6. Equilíbrio econômico-financeiro. 7. Mutabilidade contratual. 8. Contratos incompletos. 9. Taxa Interna de Retorno. 10. Contrato administrativo. I. Título.

2022-1867 CDD: 341
CDU: 342

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Egon Bockmann. *Direito das concessões de serviço público: (concessões, parcerias, permissões e autorizações)*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 482 p. ISBN 978-65-5518-433-4.

Egon Bockmann Moreira

Professor Associado IV de Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Graduação, Mestrado e Doutorado). Mestre e Doutor em Direito pela UFPR. Pós-Graduado em Regulação Econômica e Concorrência (CEDIPRE – Universidade de Coimbra) e em Mediação (PON – Harvard Law School e Strauss Institute – Pepperdine Law School). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Direito Econômico – NUPEDE/PPGD-UFPR. Foi Professor Visitante nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito da USP e da Escola de Direito da FGV-RJ. Associado ao Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) e ao Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). É membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas (APLJ). Advogado, Parecerista e Árbitro, publicou mais de 20 livros jurídicos, dos quais se destaca o *Tratado do Equilíbrio Econômico-Financeiro* (Fórum, 2. ed., 2019), bem como mais de 200 artigos em revistas acadêmicas e obras coletivas. É o diretor da *Revista de Direito Público da Economia – RDPE* e o realizador do Podcast *Aula de Amanhã*. Igualmente, integra a coluna “Publicistas”, do site JOTA.

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	
Egon Bockmann Moreira	13
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	
Egon Bockmann Moreira	15
CAPÍTULO I	
NOÇÕES PRELIMINARES	19
§1 Programa Nacional de Desestatização – PND.....	19
§2 Desestatização e privatização substancial.....	20
§3 Privatização substancial <i>versus</i> concessões e permissões	22
§4 Concessões de serviços e/ou de obras públicas.....	23
§5 Concessões, permissões e fim lucrativo	25
§6 Fim lucrativo, direitos e deveres dos usuários	28
§7 Concessão de serviços públicos e segurança jurídica.....	31
§8 Segurança jurídica e mutabilidade dos contratos de concessão	34
§9 Normas gerais de licitação e contratação	42
§10 CF, art. 175, e serviços públicos	44
§11 Normas legais pertinentes.....	47
§12 Cláusulas contratuais	50
§13 Autorizações e serviços públicos	54
CAPÍTULO II	
A ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	65
§14 Definições legais, seus efeitos e limites	65
§15 O concedente	66
§16 O concedente e a Administração indireta	69
§16-A O concedente e pessoas jurídicas de direito privado	71
§17 O concedente e “convênios de serviço público”	74
§18 O concedente e “consórcios públicos”	77
§19 Concessão de serviço público e suas definições.....	80
§20 Concessão de serviço público: relação jurídica unitária e complexa	82
§20-A Concessão de serviço público: objeto, conteúdo e partes	88
§21 Concessão de serviço público e modalidades de licitação.....	93
§21-A Concessão de serviço público e o “diálogo competitivo”	95
§21-B Concessão de serviço público e tipos de licitação.....	97
§21-C Emenda Constitucional nº 113/2021 e o pagamento de outorga com precatórios	100
§22 Concessão de serviço público a pessoa jurídica, consórcio de empresas e Sociedades de Propósito Específico – SPEs.....	105
§23 Capacidade para desempenho “por sua conta e risco”	110
§23-A A matriz de alocação de riscos: conceito, eventos desafiadores e excepcional revisão	124
§24 Riscos na concessão, variáveis endógenas e exógenas	131
§25 Concessão de serviço público, “prazo determinado” e prorrogações	135
§25-A Prorrogação antecipada e relicitação	140
§26 Concessão de obra pública	144
§27 Concessão de obra pública e “direitos reais administrativos”	147
§28 Concessão de serviço público precedida de obra pública	155
§29 Siglas anglo-saxônicas: DBFOT, BOT, ROT e BOO.....	157
§30 Concessões comuns e <i>project finance</i>	159
§31 Remuneração e amortização	162
§32 Permissão de serviço público.....	165

CAPÍTULO III	
A FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO	171
§33 Fiscalização e os deveres do “Estado de Garantia”	171
§34 O concedente “responsável pela delegação”	175
§34-A Fiscalização e aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021	175
§35 Fiscalização formal e fiscalização substancial	176
§36 Fiscalização <i>versus</i> poder de polícia	178
§37 Fiscalização e relação administrativa especial.....	180
§38 Fiscalizar implica punir?.....	184
§39 Fiscalização, polícia administrativa e terceiros	185
§40 Fiscalização e “cruzamento” de competências: dever de cooperação interorgânica e as “decisões coordenadas”	186
§40-A Fiscalização, competências e governança.....	190
§41 Modalidades de fiscalização: as quatro ordens previstas em lei e seus desdobramentos.....	193
§42 Fiscalização e cooperação dos usuários e concessionário	198
§43 Fiscalização e mutabilidade contratual	201
§44 Fiscalização e devido processo legal.....	203
§45 Fiscalização, custos e fontes	204
§46 Fiscalização, custos e “taxa de fiscalização”	208
§47 Fiscalização, custos e “taxa regulatória”	214
§48 Fiscalização, custos e equilíbrio econômico-financeiro.....	216
§49 Quem fiscaliza o fiscal?.....	218
CAPÍTULO IV	
A FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO.....	223
§50 Concessão de serviço público e sua formalização jurídica: perfeição, validade e eficácia	223
§51 Formalização e esclarecimentos ao edital	225
§52 Contrato de concessão: lei, normas pertinentes, edital e proposta.....	227
CAPÍTULO V	
A PUBLICIDADE DO ATO JUSTIFICADOR	231
§53 Concessão comum e o mérito do projeto	231
§53-A Vantagens socioeconômicas e financeiras: o <i>Value for Money – VfM</i> do projeto concessionário	233
§54 Conveniência e oportunidade da outorga: publicidade e debate prévios	235
§55 Caracterização do objeto, área e prazo	238
§56 Publicidade do ato justificador: consequências jurídicas	239
CAPÍTULO VI	
O SERVIÇO ADEQUADO	241
§57 Princípios da Lei Geral de Concessões	241
§58 Serviço adequado e as “Leis de Rolland”	244
§59 Serviço adequado como o pressuposto	245
§60 Serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários.....	246
§61 Serviço adequado conforme a Lei Geral, as normas pertinentes e o contrato...	249
§62 Serviço adequado: regular, contínuo, eficiente, seguro, atual, geral e cortês	251
§63 Serviço adequado, atualidade tecnológica e universalização	255
§64 Serviço adequado e modicidade tarifária	259
§65 Interrupção devido a razões de emergência, de ordem técnica e de segurança	261
§66 Interrupção devido a inadimplemento do usuário.....	262
§67 Interrupção e direito de greve.....	267
CAPÍTULO VII	
A RELAÇÃO JURÍDICA NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO	271
§68 Relação jurídica concessionária	271
§69 Relações jurídicas multilaterais	274
§70 Relação jurídica concessionária: direitos, deveres e obrigações	276
§71 Direito subjetivo público à prestação do serviço	279

§72	Deveres, obrigações e demais posições passivas dos usuários	289
§73	Natureza e regime jurídico dos contratos de prestação	294
§74	Código de Defesa do Consumidor e prestação do serviço	295
§75	Direito à informação para defesa de direitos	300
§76	Direito à liberdade de escolha do prestador e situações de monopólio	302
§77	Obrigação de informar irregularidades ao concedente e à concessionária	304
§78	Obrigação de informar ilicitudes	305
§79	Obrigação de colaborar com as boas condições dos bens	305

CAPÍTULO VIII

O DIREITO À ESCOLHA DA DATA DO VENCIMENTO	307
§80 Direito do usuário à escolha do dia de vencimento	307

CAPÍTULO IX

A POLÍTICA TARIFÁRIA	309
§81 Concessão de serviço público e política tarifária	309
§82 Concessão de serviço público e remuneração tarifária	313
§83 Princípios econômicos fundamentais das tarifas	315
§84 Fixação da tarifa ótima: nível e estrutura tarifária	316
§85 Remuneração tarifária: lucro e situações de mercado concorrencial, monopólios naturais e exclusividades	319
§86 Tarifa, preços equitativos e desagregação	324
§87 Remuneração e “cestas tarifárias”	326
§88 Estrutura tarifária e discriminação de tarifas	327
§89 Piso tarifário e “tarifas mínimas”	329
§90 Tarifa e direito intertemporal	330
§91 Tarifa e serviços públicos alternativos e gratuitos	331
§92 Remuneração tarifária e efetiva disponibilidade do serviço	333
§93 Reajuste e revisão tarifária	335
§94 Revisão tarifária, ROR e IPC-X	341
§95 Reajuste, revisão e variação dos índices	345
§96 Reajuste, revisão e expectativas inflacionárias	347
§97 Tarifa e impacto tributário	349
§98 Alteração unilateral e dever de reequilíbrio simultâneo	351
§98-A Alteração unilateral: requisitos de validade	356
§99 Alteração unilateral e alteração circunstancial	362

CAPÍTULO X

AS CONDIÇÕES DO CONTRATO E SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	363
§100 Concessão e equilíbrio econômico-financeiro	363
§101 Valor Presente Líquido – VPL	366
§102 Taxa Interna de Retorno – TIR	369
§103 Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC	372
§104 Variações no equilíbrio: alterações circunstanciais	374
§104-A Alterações circunstanciais, consequências e respectivas soluções de reequilíbrio	377
§105 Equilíbrio, incompletude e capacidade de aprendizagem dos contratos	382
§106 Permissão e equilíbrio econômico-financeiro	384

CAPÍTULO XI

RECEITA NÃO TARIFÁRIA	387
§107 Fontes secundárias de receitas	387
§108 Previsão contratual das receitas	389
§109 Concessões cruzadas de obras e/ou serviços, “câmaras de compensação” e “projetos associados”	390
§110 Fontes desmaterializadas: os “créditos de carbono”	392
§111 Prazo dos contratos das fontes secundárias	393

CAPÍTULO XII	
TARIFAS DIFERENCIADAS.....	395
§112 Tarifas diferenciadas e princípio da isonomia.....	395
§113 Tarifas progressivas.....	396
CAPÍTULO XIII	
INTERVENÇÃO NA CONCESSÃO.....	399
§114 O motivo e a finalidade da competência interventiva.....	399
§115 Os contratos de concessão e a intervenção.....	401
§116 A intervenção e o devido processo administrativo.....	402
§117 A intervenção e o dever de respeito à motivação.....	404
§118 A intervenção e o dever de respeito à sua finalidade típica.....	405
§119 A intervenção, o interventor e suas competências.....	406
§120 A intervenção e o dever de respeito à LINDB.....	407
§121 A intervenção e os seus prazos.....	408
§121-A A intervenção, sua extinção e consequências.....	409
CAPÍTULO XIV	
A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO.....	411
§122 O ciclo de vida dos contratos de concessão: a importância da extinção.....	411
§123 As categorias de extinção contratual.....	412
§124 Encampação: conceito e lógica.....	414
§125 Encampação: cinco requisitos de validade.....	417
§126 Caducidade: conceito, lógica, requisitos e consequências.....	421
§127 Rescisão, anulação, falência e demais modos de extinção.....	424
§128 Extinção, amortização e bens reversíveis.....	427
§129 Extinção e métodos adequados de solução conflitos.....	430
REFERÊNCIAS.....	433
ANEXO	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....	465
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	479